

Perderam os alunos

Os 6 milhões de estudantes do ensino público paulista finalmente vão voltar às aulas. Para a maioria deles, apenas na segunda semana de novembro será retomado o conteúdo programático abandonado na segunda quinzena de agosto. Na prática das rotinas pedagógicas é quase impossível negar que o segundo semestre letivo está começando quando já se deveria estar ensaiando o seu enterro.

Com uma tranquilidade que chega a espantar — talvez por beirar sentimentos menos nobres — o secretário da Educação, professor Carlos Estevam Martins, garante que, dos 200 dias de aula “que haveria no ano”, vai haver apenas 180, “como nas escolas particulares”, alterando-se o calendário escolar. Com idêntica falta de sensibilidade, o presidente da associação dos professores, Apoesp, Roberto Felicio, asseverou à imprensa que depois de tanto tempo sem aula “é preciso uma revisão”; e garantiu de imediato: “No ano que vem se retoma o que faltou”.

Antes que o exercício da falta total de consideração pelos alunos ocupe por inteiro o espaço da senatez, convém ter presente que tal situação tem consequências. E responsáveis. Baseado em que evidências o governo Fleury resistiu tanto para garantir aos professores uma reposição mínima para os meses que se pode chamar, sem medo de erro, de “entressafra salarial”, ou seja, aquele período que vai de outubro a fevereiro, quando os professores perdem qualquer forma de pressão para recuperar pelo menos a inflação?

Não é por outro motivo que todo mês de setembro, quando chega a primavera, os professores fazem greve. Quem se ocupa de observar os gráficos indicativos de quanto perdem os educadores observa a velocidade com que o trem da perda salarial desce o plano inclinado nesses meses. Enquanto o governo oferecia 1,6 salário mínimo em agosto e 1,3 salário em dezembro, seria impossível qualquer tentativa de apresentar proposta conciliatória à assembleia da categoria. Foram necessários quase

três meses de greve para que o governo Luiz Antônio Fleury Filho acreditasse que os mestres tinham chegado a seu limite.

Ao longo desse tempo não faltou nem o *cassetete pedagógico* nem a mentira nossa de cada dia.

Quando a Justiça do Trabalho tentou conciliar os interesses em conflito, partiu da “oferta” do próprio governo, feita ainda em setembro. Era um índice muito próximo a 33% da arrecadação do ICMS

destinado ao ensino de primeiro e segundo grau. Bastou o juiz aceitar tal índice para o governo abandonar sua oferta. O mais grave é que em novembro, quando o semestre letivo já está irremediavelmente prejudicado, o governo volta a descobrir que pode oferecer 55% da arrecadação do ICMS em novembro e em dezembro, uma garantia de que os mestres terão uma reposição de pelo menos 20%/mês na *entressafra salarial*.

O governo Fleury tem muito o que explicar quanto ao seu empenho em cuidar do futuro da educação paulista. No começo deste ano, a projeção orçamentária sinalizava um gasto de 20,77% do ICMS arrecadado para o pagamento da folha da Secretaria da Educação, incluído o acumulado mensal e a reserva para o 13º salário. Em setembro, tais gastos estavam em 18,66%, inferiores portanto aos que o próprio governo estabeleceu como gastos mínimos para quitar a folha. Se o governo gastava menos do que ele mesmo previra com o magistério, não é difícil imaginar por que os professores fizeram greve tão longa.

Os professores não podem dizer que foram vitoriosos, porque a rigor não foram. Cederam pelo cansaço e pela compreensão de que de nada adiantaria exigir mais, à vista da última proposta do governo. Com certeza voltarão no próximo ano, porque as promessas que cercaram a reforma educacional anunciada no início da gestão Fleury não foram cumpridas. Os alunos continuam e continuarão sendo os prejudicados. E enquanto isso acontece, todos continuarão dizendo que, sem um grande esforço no campo da educação, o Brasil não sairá da estagnação mental em que começou a entrar.

Os alunos perdem e não se valoriza o professor, mas se fala que a educação é prioritária